



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

PEDRO HENRIQUE PINTO ALVES

APLICAÇÃO DA BNCC EM ESCOLAS DE DIFERENTES PADRÕES SOCIAIS

SANTARÉM

2023

PEDRO HENRIQUE PINTO ALVES

APLICAÇÃO DA BNCC EM ESCOLAS DE DIFERENTES PADRÕES SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Oeste do Pará, para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alice Ferreira Rodrigues Dias

SANTARÉM

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da UFOPA
Fonte. UFOPA - Biblioteca Unidade Rondon

Alves, Pedro Henrique Pinto.

A Aplicação da BNCC em escolas de diferentes padrões sociais /
Pedro Henrique Pinto Alves. - Santarém-PA, 2023.
40fl.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade
Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Instituto de Ciências da
Educação - ICED. Programa de Ciências Humanas. Licenciatura em
Geografia.

Orientadora: Alice Ferreira Rodrigues Dias.

1. Base Nacional Comum Curricular. 2. Desigualdade Social. 3.
Educação Básica. I. Dias, Alice Ferreira Rodrigues. II. Título.

UFOPACampus Rondon

CDD 370 23.ed.

PEDRO HENRIQUE PINTO ALVES

A APLICAÇÃO DA BNCC EM ESCOLAS DE DIFERENTES PADRÕES SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Oeste do Pará, para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alice Ferreira Rodrigues Dias

TERMO DE APROVAÇÃO

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINODORA:

Prof.^a Dra. Alice Ferreira Rodrigues Dias – UFOPA (Orientadora)

Prof.^a Dra. Maria Julia Veiga da Silva – UFOPA

Prof. Dr. Carlos José Freire Machado – UFOPA

Aos meus familiares, namorada, amigos e a minha orientadora, pela paciência, apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me manter forte ao longo desses cinco anos de jornada acadêmica. Agradeço também por ter me encorajado a quebrar barreiras e seguir os meus sonhos. Não foi fácil sair da minha pequena cidade e me mudar para Santarém aos 17 anos com apenas 1 mochila nas costas. Mesmo com todas as dificuldades, Deus me guiou e iluminou meus caminhos para que eu estivesse finalizando o curso de Licenciatura em Geografia na Universidade mais respeitada da região. Me sinto feliz por todo o esforço que fiz sendo recompensado, tendo em vista que de onde eu venho são poucas as pessoas que conseguem alcançar tal feito. Toda honra e toda glória a Deus.

Agradeço a minha mãe, Maria do Socorro Machado Pinto, por sempre ser o meu alicerce durante todas as etapas da minha vida. Reconheço o esforço, dedicação e cuidado comigo durante esse período acadêmico, sempre não medindo esforços para me manter estudando em Santarém. Sou grato por todo amor e pela boa criação que recebi, além de me mostrar que os caminhos corretos nem sempre são os mais fáceis. Foram cinco longos anos, datas especiais que perdi ao lado da minha família, mas passar o dia das mães longe da minha mãe sempre foi o mais dolorido. Lágrimas foram derramadas, momentos que não serão recuperados, mas sinto que fiz o meu papel, por mim e por eles.

Honestamente, não sei como começar a agradecer ao meu avô Pedro... Logo que iniciei no curso, ele sempre foi um dos meus maiores apoiadores, sempre tinha as melhores palavras para me confortar, e eu estava precisando tanto naquele momento em que eu tinha mudado recentemente de cidade para começar a faculdade. Ele é meu maior exemplo de vida, em todos os sentidos, é a própria personificação do amor, eu acredito no amor pois tive ele em minha vida. Hoje ele continua presente na minha vida, mas de uma forma um pouco diferente. Quando eu comecei a escrever esses agradecimentos ao meu avô, ele estava vivo... é com muita dor no coração que estou editando esse parágrafo. Meu avô era tudo na minha vida, acabou falecendo no último dia 31/05. Me sinto um pouco perdido nesse momento, não sei muito bem o que fazer e nem dizer. De qualquer forma, eu acabei percebendo o quão sou forte, e estou conseguindo encontrar forças para continuar com o meu trabalho.

Agradeço ao meu pai Judson, meu maior ídolo. Me emociono toda vez que nos falamos no telefone, sempre vai ser o meu herói e sou grato por todo empenho e dedicação para que eu estudasse, sempre ouviu os meus anseios e me confortou toda vez que senti medo. É como ele diz, não tem pessoa que me ama mais no mundo do que ele. Sou infinitamente fã do meu pai, ele é um exemplo de honestidade, alegria, afeto e amor.

Agradeço aos amigos mais próximos que estão sempre comigo e de alguma forma sempre contribuíram para eu estar aqui hoje. Karolaine, nunca vou esquecer do que fez e faz por mim. Sou grato a todos sem exceção. Não gostaria de citar todos aqui, pois tenho receio de esquecer de alguém, mas todos sabem de sua importância.

Agradeço a minha orientadora Alice Dias por toda dedicação, empenho e amor. É uma das minhas inspirações e tenho certeza que se eu me tornar pelo menos metade do que ela é hoje eu estarei realizado. És um exemplo de profissionalismo e amor. É nítido o quanto ela ama sua profissão e executa com muito amor. Me sinto encorajado a seguir seus conselhos e

ensinamentos. É como meus colegas orientandos dizem, ela é tão boa no que faz que nos causa nervosismo.

Agradeço aos meus colegas orientandos pelo apoio de sempre, sempre mantivemos uma relação ótima e dando apoio um ao outro. Nesse momento de muito trabalho e aflição, conseguimos nos amparar sempre. Grato ao José Paulo, Flavia Luzia, Marlen Gama, Regilene Santos, Tatiane e Jimmy. Além dos colegas orientandos, sou grato a minha amiga Rafaela Oliveira por sempre me ouvir e me apoiar ao longo desses 5 anos.

Agradeço aos meus amigos, Otávio e Josielma, que me ajudaram e ajudam em todo momento que preciso, além de contribuir de alguma forma com minha jornada acadêmica. Sou grato pelo amor e companheirismo.

Faço um agradecimento especial aos membros da minha banca. Professora Maria Júlia, sou grato por ter aceito o convite e por toda contribuição para minha formação ao longo desses 5 anos, meus sinceros agradecimentos. Agradeço humildemente ao Professor Carlos Machado por ter aceito participar da minha banca, sou grato pela dedicação de seu tempo para participar desse momento especial.

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram.” - Jean Piage

RESUMO

Devido aos impasses que surgiram desde a homologação e implementação da Base Nacional Comum Curricular, o presente trabalho objetivou entender esse documento e analisar sua aplicação nas escolas públicas e privadas, levando em consideração as especificidades de cada escola e todo o histórico de fragmentação das políticas educacionais no país. Para obter resultados que estejam de acordo com a realidade, foi utilizado o método de pesquisa qualitativo e o método da autoetnografia. A partir da coleta de dados, foi possível analisar como a BNCC está sendo implementada em escolas de diferentes padrões sociais, como institutos federais, escolas públicas de bairro central, escolas públicas de bairros periféricos, escolas privadas de classe média baixa e média e escolas privadas de classe média alta e classe alta. Essa pesquisa tem papel esclarecedor na questão das diferentes faces que estão presente na educação básica. Frente aos altos índices de desigualdade no Brasil, a ideia de superioridade das escolas privadas é uma pauta debatida no trabalho, visto que apenas uma parcela da população tem acesso a elas. A BNCC veio para reforçar que o Brasil tenha uma Base Comum Curricular, exigida no Art. 210 da Constituição de 1988, na tentativa de reduzir as desigualdades sociais, embora as críticas que cercam o documento digam que ela vem justamente para fazer o contrário disso.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular; Desigualdade Social; Educação Básica.

ABSTRACT

Due to the impasses that have arisen since the homologation and implementation of the National Common Curricular Base, the present work aimed to understand this document and analyze its application in public and private schools, taking into account the specificities of each school and the entire history of fragmentation of educational policies in the country. In order to obtain results that are in line with reality, the qualitative research method and the autoethnography method were used. From the data collection, it was possible to analyze how the BNCC is being implemented in schools of different social standards, such as federal institutes, public schools in the central neighborhood, public schools in peripheral neighborhoods, private schools of lower and middle class and private schools upper middle class and upper class. This research has an enlightening role on the question of the different faces that are present in basic education. Faced with the high levels of inequality in Brazil, the idea of superiority of private schools is an agenda discussed at work, since only a portion of the population has access to them. The BNCC came to reinforce that Brazil has a Common Curriculum Base, required in Art. 210 of the 1988 Constitution, in an attempt to reduce social inequalities, although the criticism surrounding the document says that it comes precisely to do the opposite of that.

Keywords: Common National Curriculum Base; Social Inequality; Basic Education.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 METODOLOGIA.....	16
2.1 Teoria do Método Qualitativo.....	16
2.2 Método da Autoetnografia.....	17
2.3 Método Específico da Pesquisa.....	18
3.O QUE É INTERDISCIPLINARIDADE?.....	20
4.EDUCAÇÃO E LEGISLAÇÃO	22
5.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
5.1 Implementação, Análise e Críticas a BNCC.....	25
5.2 A Aplicação da BNCC em Escolas de Diferentes Padrões Sociais.....	27
6 CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICES.....	35
ANEXOS.....	36

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, nos últimos anos, acerca da implementação da BNCC no cenário da Educação Básica no Brasil. Em um país marcado pela desigualdade, as políticas educacionais fragmentadas sempre favoreceram apenas uma parcela da população, ocasionando grande disparidade entre os educandos principalmente no ensino médio, onde altas taxas de repetência e desistência são registradas. No entanto, por se tratar de um documento que incorpora os maiores problemas da educação na atualidade, a Base Nacional Comum Curricular propõe aprendizagens essenciais baseadas na interdisciplinaridade, visando o desenvolvimento de competências contidas no documento, como a compreensão, utilização e criação de tecnologias digitais de informação, objetivando tornar o ensino médio mais atrativo aos jovens.

De acordo com Silva, podemos afirmar:

O ensino médio desde a aprovação da LDB em 1996 vem passando por um processo de acirrada disputa quanto às suas finalidades. Uma das razões para isso é a expansão do acesso que incluiu na última etapa da educação básica um número imenso de jovens que dela passavam ao largo. De pouco mais de 3.500.000 matrículas em 1991, a 9 milhões de pessoas em 2004, as perguntas em torno de "qual ensino médio" e "para quem" ocupou a cena dos marcos normativos e das ações do executivo federal. (SILVA, 2018, p. 7).

Envolvida no processo de implementação do novo ensino médio, a interdisciplinaridade escolar é definida como fator preponderante na construção e aplicação da BNCC, e vem sendo discutida no âmbito da educação básica desde os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio, lançado em 1999. Ambos documentos reiteram a necessidade da reforma curricular baseada na interdisciplinaridade, possibilitando que o aluno empregue a perspectiva interdisciplinar para a resolução de problemas em sua vida cotidiana.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, podemos afirmar que:

A tendência atual, em todos os níveis de ensino, é analisar a realidade segmentada, sem desenvolver a compreensão dos múltiplos conhecimentos que se interpenetram e conformam determinados fenômenos. Para essa visão segmentada contribui o enfoque meramente disciplinar que, na nova proposta de reforma curricular, pretendemos superado pela perspectiva interdisciplinar e pela contextualização dos conhecimentos. (BRASIL, PCN, 2000, p. 22).

Desde o lançamento da versão para o Ensino Médio em 2018, a Base Nacional Comum Curricular enfrenta problemas em sua aplicação. Tendo em vista os inúmeros fatores que acarretam a implementação dessa medida, de acordo com BRASIL (2018), o prazo é de 10 anos para os repasses financeiros referentes a efetuação dessa normativa. Recentemente, iniciativas do Governo Federal prevê a ampliação das matrículas de ensino integral em até um milhão de alunos. Todas essas medidas previstas no documento estão no centro da discussão sobre o novo ensino médio, de onde parte opiniões positivas e negativas acerca dessa normativa.

Um dos maiores impasses da aplicação da BNCC, sem dúvidas, é a falta de alinhamento do documento com a atual realidade da educação básica brasileira. Essa narrativa gera críticas por grande parte da comunidade educacional, que alega que o documento não considera a precariedade do ensino principalmente nas cidades menores, uma vez que, segundo o INEP, 48% das cidades do país tem apenas 1 escola que disponibiliza o ensino médio. Dessa forma, a oferta dos itinerários formativos seria prejudicada, não conseguindo responder a demanda das escolhas dos alunos. Outro ponto que desperta muitas críticas sobre a BNCC é de cunho político, esse cenário se dá pelo emaranhado de questões que envolve essa temática, por ter começado a ser desenvolvida no governo A, foi aprovado no governo B, e ter sido colocado em prática no governo C. Os impasses da BNCC também se devem a sua rápida implementação, críticos alegam que não houve um debate democrático entre governo, professores e sociedade civil para chegar a um consenso.

A BNCC constitui-se como principal referência na formulação dos currículos no país, bem como para a formulação de políticas na área da educação, como a formação de professores e sistemas de avaliação, no entanto, sua elaboração não foi resultado de processos democráticos, vista a participação deficitária de profissionais da educação e da sociedade em geral. (BENITES, PYKOCZ, 2023, p. 3).

Diante dessas narrativas, esse trabalho faz uma análise do processo da aplicação da BNCC em escolas de diferentes padrões sociais, considerando todo o histórico da fragmentação das políticas educacionais mencionadas nessa pesquisa. O processo envolve mais precisamente a observação da implementação e aplicação da BNCC em escola pública e escola privada. Partindo dessa perspectiva, a pesquisa dialoga ainda com o atual cenário da implementação da BNCC na educação básica no Brasil.

Considerando que a educação é um direito assegurado pela constituição e a educação básica é obrigatória aos cidadãos, qualquer mudança na legislação educacional atinge diretamente a sociedade. Nesse sentido, esse trabalho contribui para que a sociedade tenha conhecimento acerca da atual configuração da legislação dedicada a educação. O trabalho se justifica cientificamente para contribuir com a ampliação do conhecimento sobre a realidade da aplicação da BNCC no ensino básico do Brasil. Como o trabalho relata, a BNCC ainda é alvo de especulações e controvérsias de diferentes naturezas. Essa pesquisa se propõe a esclarecer o conteúdo contido no documento e analisar sua aplicabilidade interdisciplinar considerando o contexto socioeconômico vivenciado nas diferentes regiões do país.

2 METODOLOGIA

2.1 TEORIA DO MÉTODO QUALITATIVO

Devido a profunda reflexão da Antropologia na teoria do método qualitativo, outras áreas do conhecimento, principalmente humanas e sociais, buscam nessa ciência base para sustentar suas pesquisas. O método de pesquisa qualitativo mostra-se mais completo para atender as inúmeras demandas que provém da atual configuração da sociedade. Com seu caráter descritivo, a antropologia não buscou somente mostrar os problemas enfrentados diariamente pelas minorias, mas também provocar a sociedade acerca dos mesmos. Como afirma Durham (1986), a antropologia trouxe sempre materiais provocativos e estimulantes na tentativa de repensar a realidade social. No trabalho de campo das ciências em geral, graças a pouca reflexão no tema, torna-se mais difícil fazer uma pesquisa rigorosa por conta dos inúmeros problemas relacionados ao método da pesquisa qualitativa, muitos deles já confrontados por Durham e outros autores na antropologia.

No trabalho de campo qualitativo, indispensável para as ciências sociais, houve uma mudança na atuação do observador. Mudanças no jeito de se pensar e fazer política resultaram na transição da observação participante para a participação observante, algumas vezes convertendo-se até para militância. Segundo Cardoso (1986), o pesquisador deve se policiar com a forma de se aproximar para conhecer seus propósitos políticos em sua relação com o público-alvo. Nesse cenário, o trabalho pode tornar a pesquisa apenas a uma denúncia e transforma o pesquisador em um porta-voz do grupo estudado. O pesquisador pode claramente se tornar o porta-voz do grupo social pesquisado, o que não se pode dizer é que militância é ciência. Nessa mesma linha de pensamento sobre as particularidades do pesquisador, Durham (1986), ressalta que o pesquisador pode ter um tratamento diferencial, porque os pesquisadores geralmente são bem vistos e bem tratados durante o campo. Mesmo que tenha uma amizade e certa proximidade entre pesquisador e pesquisado durante o processo da pesquisa, o pesquisador ainda sim vai manifestar sem disfarces as suas próprias conclusões acerca do que foi vivenciado na obra final de sua autoria. Por outro lado, ainda no processo de pesquisa, Zaluar (1986) diz que muitas vezes os “nativos” sempre encontram termos difíceis quando querem excluir o pesquisador da discussão. Dessa forma, o pesquisador tem como um dos seus maiores objetivos conquistar sua participação dentro do grupo.

Com a crescente politização das minorias em geral, partiu deles um insistente pedido ao pesquisador por respostas que realmente possam vir a garantir mudanças benéficas, uma vez que o pesquisador acaba envolvido na pesquisa e se sentindo como integrante do grupo social

pesquisado. Nesse sentido, podemos observar que a neutralidade do pesquisador, muito debatida no método da pesquisa qualitativa, não existe. Segundo (CARDOSO, 1986, p. 99) “Negamos a neutralidade do pesquisador, apoiamos com entusiasmo seu compromisso com o grupo estudado, mas continuamos a conceber os dados como formas objetivas com existência própria e independente dos atores.”

2.2 MÉTODO DA AUTOETNOGRAFIA

A autoetnografia é um método que pode ser usado na escrita e na investigação, propondo descrever e analisar sistematicamente a própria experiência pessoal acerca de determinado tema, e a partir disso poder compreender a experiência cultural. Segundo Santos (2017), a origem da palavra “Autoetnografia” vem do grego: *auto* (self = “em si mesmo”), *ethnos* significa (nação = no sentido de “um povo ou grupo de pertencimento”) e *grapho* (escrever = “a forma de construção da escrita”). Nesse sentido, pode-se analisar que a origem etimológica das palavras nos remete a um modo específico na forma de proceder, ou seja, refere-se a uma forma de escrever um relato sobre um povo a partir de mim mesmo, ou seja, das minhas próprias vivências, convicções e conclusões acerca do tema.

Para garantir êxito em seus resultados, o método da autoetnografia utiliza-se de procedimentos baseados em três orientações. De acordo com (SANTOS, 2017, p. 218) “A primeira seria uma orientação metodológica – cuja base é etnográfica e analítica; a segunda, por uma orientação cultural – cuja base é a interpretação: a) dos fatores vividos (a partir da memória), b) do aspecto relacional entre o pesquisador e os sujeitos (e objetos) da pesquisa e c) dos fenômenos sociais investigados; e por último, a orientação do conteúdo – cuja base é a autobiografia aliada a um caráter reflexivo”.

O método de pesquisa autoetnográfico também é caracterizado pela escolha pessoal do autor, tanto no que será pesquisado, quanto nas metodologias e procedimentos que serão usados no desenvolvimento da pesquisa. Além disso, o autor também decide se as mudanças e contratempos que podem ocorrer no processo da pesquisa influenciam ou não no trabalho. Dessa forma, o autor assume o caráter político e transformador que esse método atribui.

De acordo com SANTOS, podemos afirmar:

O que se destaca nesse método é a importância da narrativa pessoal e das experiências dos sujeitos e autores das pesquisas, o fato de pensar o papel político do autor em relação ao tema, a influência desse autor nas escolhas e direcionamentos investigativos e seus possíveis avanços. Tudo isso tem uma conexão direta com o

reconhecimento do caráter político e transformador que tal método assume ao “dar voz para quem fala. (SANTOS, 2017, p. 219)

Na década de 80, mesmo não utilizando o termo “autoetnografia”, os pesquisadores na área das ciências humanas e sociais começaram a defender a ideia da narrativa pessoal, da subjetividade e da reflexividade na pesquisa. Esses pesquisadores passaram a descrever suas experiências pessoais em seus trabalhos, descrevendo toda a investigação a partir do ponto de vista deles próprios. Na década de 90, segundo Santos (2017), os pesquisadores deram mais importância para a questão da narrativa pessoal e no desenvolvimento do movimento autoetnográfico, como Carolyn Ellis, que publicou um livro e mais de duas dezenas de ensaios sobre autoetnografia. Nos anos 2000 houve algumas publicações sobre a pesquisa qualitativa em que envolvia questões contemporâneas como etnografia pessoal, experiência pessoal e narrativa pessoal. Segundo Santos (2017), esse método não está isento de críticas, sendo algumas delas bem pertinentes. Para Delamont (2007), o dever do pesquisador é sair da zona de conforto e ir coletar dados, e não ficar só no escritório escrevendo de forma obsessiva sobre nós mesmos. Ela ressalta que a sociologia não está interessada na angústia pessoal dos pesquisadores.

2.3 MÉTODO ESPECÍFICO DA PESQUISA

Esse trabalho científico no campo das ciências humanas e sociais emprega o método da pesquisa qualitativa para obter os resultados esperados. Assim como outras pesquisas científicas, utiliza-se de técnicas de pesquisa que melhor atendam suas expectativas feitas previamente. Nesse caso, as conversas de convivência no ambiente escolar, de estágio e no trabalho universitário contribuem para melhor compreensão da perspectiva interdisciplinar na escola proposta no trabalho.

Nessa pesquisa qualitativa busca-se obter resultados que estejam alinhados com a realidade. Se faz necessário a busca por métodos que melhor atendam a proposta da pesquisa, servindo como forma de ferramenta da pesquisa. Nesse sentido, utiliza-se o método da autoetnografia para contribuir com os procedimentos metodológicos que serão realizados no trabalho. Esse método reconhece e valoriza a relação de um pesquisador com os outros sujeitos da pesquisa, estimulando sempre a reflexibilidade. Nesse caso, esse método influenciará nas conversas de convivência, dando maior autonomia para o pesquisador acionar práticas da autoetnografia para contribuir com a pesquisa.

De acordo com Santos, podemos afirmar:

Os autoetnógrafos reconhecem as inúmeras maneiras por meio das quais a experiência pessoal pode influenciar no processo de investigação. Por exemplo, um pesquisador decide quem, o quê, quando, onde e como a investigação provavelmente ocorrerá. O pesquisador (ou pesquisadora) também pode mudar nomes e lugares para proteção dos seus sujeitos da pesquisa, comprimir anos de pesquisa em um único texto, construir um estudo de uma forma pré-determinada, por exemplo, usando uma introdução, revisão da literatura, seção de métodos, resultados e conclusão. (SANTOS, 2017, p. 220).

O método de procedimento utilizado na pesquisa é o comparativo, considerando que o trabalho se trata de um estudo que faz uma comparação entre escola pública e escola privada, levando em consideração todas as especificidades que essa narrativa aborda. Os elementos dessa pesquisa partem de realidades diversas e dialoga com o atual cenário nacional da educação básica.

3. O QUE É INTERDISCIPLINARIDADE?

Etimologicamente, a interdisciplinaridade seria o conjunto de duas ou mais disciplinas com a finalidade de compreensão do conhecimento que abrange mais do que apenas uma ciência ou área do conhecimento. Após a década de 1960, a interdisciplinaridade ganhou certa notoriedade e passou a ser amplamente discutida, visto que até hoje são poucos os pesquisadores que realmente se interessam e escrevem sobre o saber interdisciplinar. Atualmente, a interdisciplinaridade não se limita a um conceito fechado e/ou único, já que utiliza do prefixo – inter – que significa movimento. A interdisciplinaridade se mostra como uma forma de obter conhecimento que está sempre em constante mudança, tendo em vista as diferentes interfaces da mesma, afim de propor uma nova visão frente aos mais diversos conhecimentos, possibilitando a compreensão de novas formas de aprender.

Segundo Ivani Fazenda, podemos observar que:

A interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão. [...] A interdisciplinaridade pauta-se numa ação em movimento. Pode-se perceber esse movimento em sua natureza ambígua, tendo como pressuposto a metamorfose, a incerteza. (FAZENDA, 180, p. 180).

A interdisciplinaridade apresenta-se de forma bastante promissora na atual configuração das formas de aprendizagem. Seja na área da educação ou nas ciências em geral, o saber interdisciplinar proporcionou uma grande liberdade para que a relação das disciplinas e das ciências como um todo seja aberta e dinâmica, proporcionando uma aprendizagem mais eficiente de novos conhecimentos. Nesse sentido, é necessário ressaltar que essa relação mais aberta não tem objetivo de privilegiar algumas disciplinas em relação as outras, mas que determinadas disciplinas podem acarretar mais conteúdos interdisciplinar que outras, na medida em que seus conteúdos envolvem mais temáticas que se elevam da unidade disciplinar.

Nesse cenário, Yared pontua que:

Tudo isto supõe grande liberdade e grande abertura: nada e ninguém podem permanecer excluídos da relação aberta e dinâmica. Relação entre disciplinas, entre ciência e arte..., relação que não privilegia somente algumas, mas que acolhe em cada uma as estruturas e os nexos que gradualmente elevam-se à unidade. Objetivamente, devem existir os nexos, devem existir as estruturas essenciais para que possa efetivar a relação, mas também os sujeitos devem estar em grau de acolher tais nexos e em grau de tecer relações. (YARED, 2008, p. 163).

O saber interdisciplinar não está propondo somente promover mudança na forma de se pensar e aprender novos conhecimentos. Os conhecimentos já adquiridos pela humanidade ao longo dos séculos não são excluídos ou ignorados em nenhuma hipótese, não é com esse objetivo que a interdisciplinaridade se apresenta. Segundo Fazenda (2008), como o conceito de interdisciplinaridade está diretamente ligado ao conceito de disciplina, a interpenetração ocorre sem a destruição básica às ciências em geral. Não podemos de forma alguma negar a evolução do conhecimento ignorando sua história. Dessa forma, os pesquisadores da interdisciplinaridade propõem basicamente que ocorra um processo de reaprendizagem para saber lidar com o conhecimento já obtido. Fazenda (2008), argumenta que é assim que se trata de interdisciplinaridade na educação, que não podemos permanecer apenas na prática empírica, é extremamente necessário que se proceda a uma análise detalhada dos porquês dessa prática histórica e culturalmente contextualizada.

Como podemos observar, a interdisciplinaridade goza de um conceito amplo e se divide em duas: a interdisciplinaridade escolar e a interdisciplinaridade científica. O conceito interdisciplinar permanece nas duas vertentes, mesmo que siga ordens distintas e esteja sendo aplicado em áreas diferentes, porém ambas seguem o mesmo objetivo: a universalização do saber interdisciplinar. Como o próprio nome diz, a interdisciplinaridade escolar está relacionada com a perspectiva educativa, que busca por noções escolares que possam agir positivamente. Além de mecanismos e didáticas que tem a finalidade de favorecer sobretudo o processo da aprendizagem. Dessa forma, conclui-se que: “Na interdisciplinaridade escolar, as noções, finalidades habilidades e técnicas visam favorecer sobretudo o processo de aprendizagem, respeitando os saberes dos alunos e sua integração” (FAZENDA, 2008, p. 21).

Na interdisciplinaridade científica, o estímulo à liberdade de pensamento continua sendo o maior compromisso. Essa tentativa de compressão dos aspectos mais obscuros nos faz notar que determinados problemas são mais complexos que outros. A interdisciplinaridade, com sua busca incessante de partilhar conhecimento, nos torna mais aptos a ter uma atitude interdisciplinar frente a esses problemas. O saber interdisciplinar não busca saber um pouco de tudo (o que é trabalhoso e complexo), e sim conseguir ter uma ação interdisciplinar que nos faça conseguir resolver problemas que não estão ao alcance da nossa formação disciplinar.

4. EDUCAÇÃO E LEGISLAÇÃO

Desde sua homologação em 2017, a Base Nacional Comum Curricular vem propondo mudanças no atual cenário das políticas educacionais voltadas para a educação básica. Esse documento normativo desponta em meio aos altos índices de abandono e repetência principalmente durante no ensino médio, que estão relacionados ao fato da escola se tornar desinteressante para os alunos. Nesse sentido, assim como a LDB já estabelecia no parágrafo IV do ART. 9º, a BNCC veio para contribuir com a diminuição da desigualdade educacional no acesso à educação básica de qualidade, propondo uma maior integração entre os três poderes para alcançar um patamar comum de aprendizagem, possibilitando uma menor disparidade entre os alunos.

Como podemos observar, a BNCC tem como maior objetivo promover a igualdade na educação básica, mas o documento enfatiza que não tem a capacidade de acabar com o grande problema da desigualdade nas aplicações das políticas educacionais que assombram a educação básica no Brasil, mas que ela é importante para que a mudança possa iniciar.

De acordo com a BNCC, é importante dizer que:

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. (BRASIL, BNCC, 2017, p. 5).

Desde o final da década de 90, os Parâmetros Curriculares Nacionais já estavam mencionando uma renovação na educação básica baseada na interdisciplinaridade. Como o documento já diz, a interdisciplinaridade não tem a finalidade de propiciar novos saberes ou rejeitar os conhecimentos já adquiridos ao longo dos anos, mas possibilitar que o aluno desenvolva a capacidade de utilizar dos conhecimentos interdisciplinares para resolver seus problemas da vida cotidiana.

Nesse sentido, os PCNs afirmam que:

Na perspectiva escolar, a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista. Em suma, a interdisciplinaridade tem uma função

instrumental. Trata-se de recorrer a um saber diretamente útil e utilizável para responder às questões e aos problemas sociais contemporâneos. (BRASIL, PCN, 1997, p. 22).

A BNCC dá continuidade a essa perspectiva interdisciplinar, estimulando a formação inicial e continuada dos educadores, visando uma maior capacitação para desenvolver junto aos alunos não somente o saber, mas também o saber fazer. O documento argumenta que essas propostas interdisciplinares (pauta debatida desde os PCNs) devem contribuir para o desenvolvimento cognitivo dos educandos, para alcançarem as 10 competências citadas.

Diante disso, a BNCC relata que:

A BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BRASIL, BNCC, 2017, p. 13).

Após a homologação da BNCC, houve muitas críticas negativas por parte da classe educadora. Parte deles argumentava que o documento incentivaria ainda mais a disparidade entre os educandos no acesso à educação básica de qualidade. Outras críticas partiam do ponto de vista político, vinculando o documento ao governo X ou Y. Isso visto que, por tratar-se de um documento contemporâneo e atrelado a novas tecnologias, as críticas negativas alegavam que por ser um documento atual, teria sido elaborado nos governos atuais, como Temer e Bolsonaro. Em contrapartida, segundo a BNCC (2017) O documento passou por anos de debates entre a sociedade e os educadores de todo o Brasil e foi elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, para garantir seu caráter democrático.

Os conhecimentos e procedimentos científicos promovem o estímulo do aluno a usá-los para resolver problemas do seu cotidiano. Segundo a BNCC, essa questão da identificação e solução de problemas no dia a dia reforça ainda mais a necessidade de a Educação Básica comprometer-se com o letramento científico da população, Assim como outras áreas do conhecimento, as ciências da natureza reitera a questão do letramento científico dos educandos, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo destes.

Nesse cenário, a BNCC afirma que:

Poucas pessoas aplicam os conhecimentos e procedimentos científicos na resolução de seus problemas cotidianos (como estimar o consumo de energia de aparelhos elétricos a partir de suas especificações técnicas, ler e interpretar rótulos de alimentos etc.). Tal constatação corrobora a necessidade de a Educação Básica – em especial, a área de Ciências da Natureza – comprometer-se com o letramento científico da população. (BRASIL, BNCC, 2017, p. 547).

Considerando um maior desenvolvimento cognitivo dos estudantes durante o ensino médio, o respeito a liberdade e a interculturalidade como um todo ocupa posição de destaque no que a BNCC propõe para as ciências humanas e sociais nessa etapa da educação básica. A interdisciplinaridade é uma das aliadas dessa área para possibilitar que o conhecimento das mais diferentes culturas seja melhor absorvido pelos alunos. Desse modo, espera-se que os jovens tenham condutas éticas em sociedade e em sua vida pessoal.

Sobre a área das ciências humanas e sociais, a BNCC propõe:

A ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, BNCC, 2017, p. 561).

5.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 IMPLEMENTAÇÃO, ANÁLISE E CRÍTICAS À BNCC

Nesse primeiro momento, é necessário ressaltar o atual momento em que estamos vivenciando. Nos últimos meses, a implementação da BNCC está entre os assuntos mais debatidos no país. De um lado, entidades estudantis, professores e diretores pedem a revogação total do documento. Do outro lado, o ministério da educação, congresso nacional, secretarias estaduais de educação e parte da comunidade acadêmica defendem a permanência dessa normativa, desde que ocorram ajustes na mesma. De acordo com Dourado, “A BNCC tem sido o carro-chefe das políticas educacionais desenhadas pelo Ministério da Educação (...)” (DOURADO, 2018, p. 8). Essa configuração impacta de forma direta as políticas direcionadas aos currículos escolares, à formação dos profissionais de educação, bem como os processos avaliativos nas escolas e sistemas de ensino. Em meio a duras críticas a esse novo modelo, Camilo Santana, atual ministro da educação, aponta que a BNCC será mantida, mas que passará por reformas. Para Santana (2023), há graves problemas no novo ensino médio, mas que serão apresentadas mudanças necessárias construídas por meio de debates e consultas públicas¹. Diante das narrativas apresentadas, venho expor a realidade da aplicação da BNCC em escolas de padrões sociais diferentes, baseando-me em minhas experiências nos estágios como licenciando, além das conversas de convivência no ambiente escolar e acadêmico. Também disponho do relato do Professor Otávio Farias (pseudônimo atribuído ao entrevistado da minha pesquisa), que tem experiência no ensino superior e ensino básico público e privado, contribuindo para que os resultados sejam reflexo das diferentes realidades.

A Base Nacional Comum Curricular veio para romper com o ensino disciplinar. A interdisciplinaridade proposta no documento dá seguimento ao plano interdisciplinar proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio (PCNEM), que propõe a aquisição de conhecimento baseado na interdisciplinaridade. Para Garcia a “noção de interdisciplinaridade, como um processo de estabelecer pontes entre conteúdos das matérias do currículo escolar, até hoje constitui uma noção usualmente encontrada no discurso pedagógico de professores que atuam na Educação Básica” (GARCIA, 2012, p. 218).

¹ SANTANA, C. S. **Roda Viva**. São Paulo, 2023. (Debate)

Esse discurso interdisciplinar, em sua transposição para a BNCC, surge meio ao desenvolvimento de um conjunto de habilidades, visando alcançar as competências descritas no documento. Para a área das ciências humanas, o documento baseia-se no contexto educacional da interdisciplinaridade. Segundo KLEIN (2010), a interdisciplinaridade articulou as noções de atravessamento e reconstrução de fronteiras, envolvendo não somente limites epistemológicos, mas também questões de raça, gênero, identidade e cultura.

Transportando para educação básica, é possível analisar que as propostas do novo ensino médio, pelo menos para as ciências humanas, não necessitam de muitos recursos materiais, embora as críticas digam o contrário. Para Farias (2023), muitas escolas de ensino básico, principalmente escolas de classe média baixa e média, alegam que não aplicam minuciosamente o ensino interdisciplinar por tratar-se de um modelo mais caro que o convencional, além da falta de estrutura da escola para receber esse novo ensino.

Em contrapartida, de acordo com Farias²:

A busca por conteúdos para se resolver um determinado problema, em termos de humanas, não tem essa história que a escola não está preparada. Se a gente for pensar, a maioria dos alunos mesmo no interior do Brasil, em uma cidade do interior como Santarém, tem celular. A quantidade de material de biblioteca públicas on-line com material acervo digital é enorme e ninguém fala disso, simplesmente diz que a escola não tem estrutura. Mas quem disse que só pode usar o que tem dentro da escola? Quem disse que a gente não pode usar o que está fora da escola? Quem disse não pode usar livros sem fim que estão digitalizados e disponíveis gratuitamente? Então o que eu vejo é muito mais desculpa para não se fazer o trabalho e botar a culpa na estrutura, botar a culpa em algo que é externo e não em mim, a mim como profissional. Então assim, para não se dizer eu não estou a fim de estudar, eu não estou a fim de montar projetos, eu não estou a fim de ouvir os meus alunos, eu não quero saber qual os problemas dos meus alunos, para não se dizer isso porque não quer se passar mal, passar mal aos olhos dos outros, se diz “ah, a escola não está preparada, a estrutura da escola é arcaica, ah não tem biblioteca, não tem computador, não tem isso, não tem aquilo. Mas com um pouco de interesse a gente percebe que tem. O material on-line digital é absurdamente grande no Brasil e em países de língua portuguesa. A gente pode acessar bibliotecas online com material digital gratuito, em Portugal, no Brasil inteiro, então eu vejo mais como uma desculpa do que de fato um grande problema para se pôr em prática. (FARIAS, 2023).

Por tratar-se de um documento que está preocupado com os problemas atuais na educação básica, a BNCC tem um objetivo claro em reduzir as desigualdades sociais. Para a aplicação dessa nova normativa, o documento estimula o regime de colaboração entre os três poderes para promover mudanças nas ultrapassadas políticas educacionais fragmentadas, encontradas no

² FARIAS, O. S. **Aplicações da BNCC**. Santarém, 2023. Entrevista.

ensino básico. Farias (2023), aponta que o documento tem uma preocupação clara em reduzir as desigualdades sociais, apesar de que ele tem a consciência de que sozinho não fará isso. Para Dourado e Siqueira (2019), o documento desponta em meio ao novo paradigma de conhecimento na América Latina, num processo da lógica economicista, o que baseia o caráter técnico do novo ensino médio, preparando o aluno para sua inserção no mercado de trabalho. Segundo Miranda (1997), o novo padrão de conhecimento utilitarista é apreendido e adquirido mediante a ação (saber fazer), a utilização (saber usar) e a interação (saber comunicar). O conhecimento é orientado por sua operacionalidade, funcionalidade: saber para quê? Sendo assim, espera-se que o processo de ensinar-aprender seja transformado por essa necessidade de aplicação imediata: aprender fazendo, aprender em serviço, aprender praticando.

5.2 A APLICAÇÃO DA BNCC EM ESCOLAS DE DIFERENTES PADRÕES SOCIAIS

Em uma tentativa inicial, essa pesquisa iria propor um estudo comparativo entre a aplicação da BNCC entre uma escola pública de Santarém e uma escola pública de Macaé, localizada no estado do Rio de Janeiro. Fatores com o PIB e sua possível influência na aplicação do novo ensino médio seriam analisados. A segunda ideia surgiu em meio a atual aplicação da BNCC na cidade de Santarém, junto a um professor que atua tanto na rede pública como na rede particular. No entanto, não foi possível, visto a grande resistência encontrada na classe educadora da cidade. A pesquisa final faz uma análise da aplicação da BNCC em escolas de diferentes padrões sociais, junto ao entrevistado, que tem experiência em escolas públicas de classe baixa e de classe média, escolas particulares de classe média baixa e média e escola particular de classe média alta, além do ensino superior em diferentes regiões do país.

Devido ao processo de fragmentação gerado pela desigualdade nas políticas públicas educacionais no Brasil, a imagem que se concebeu é da superioridade do ensino básico privado em relação ao ensino básico público. Portanto, nessa linha de pensamento, o novo ensino médio teria melhor aplicação nas escolas privadas. O trabalho pioneiro sobre o diferencial público-privado de desempenho encontra-se em Coleman et al. (1981), para dados americanos, sendo esse conhecido como Relatório Coleman. Os resultados apresentados nesse relatório sugerem que as escolas privadas têm desempenho muito superior ao das escolas públicas. Por outro lado, Braun *et al.* (2006) identificou que, após o controle por variáveis de grupos da escola (como nível socioeconômico médio da escola), conhecidas como *peer group effects*, o diferencial público/privado decresce, tornando-se irrisório para algumas séries e não significativo para outras.

No Brasil, há uma narrativa ilusória que só a escola privada proporciona educação de qualidade, enquanto o filho do pobre tem uma educação ruim na escola pública. Entretanto, o que se observa, em termos de aplicação da BNCC, essa narrativa não se aplica. Para Farias (2023), antes de fazer tal afirmação, é necessário analisar todas especificidades que caracterizam a escola pública e a escola privada, como as escolas públicas de classe média baixa e média, escolas privadas de classe média baixa e média e escolas privadas de classe média alta e classe alta. Existem também os institutos federais, por exemplo, que são referência em educação, mas esses institutos atendem apenas a uma pequena parcela da população e servem basicamente a classe média, mas ele ressalta que com as cotas esse cenário está mudando.

Para Farias, é correto afirmar que:

Primeiro quando a gente coloca escola pública *versus* escola privada já existe um engano grande nessa oposição, porque a maior parte das escolas privadas que existem no Brasil é escola para pobre e não são boas escolas. As pessoas pagam para ter um serviço ruim e, justamente por falta de conhecimento, acham que estão dando o melhor conhecimento para seus filhos, então a maior parte das escolas privadas são ruins. E, no caso das escola públicas, você também tem uma minoria de escolas públicas que acabam servindo a classe média, uma minoria mesmo são escolas fundamentalmente federais, institutos federais... agora está mudando isso com as cotas né, mas ainda a gente tem um percentual considerável de membros da classe média, as cotas conseguiram alterar isso relativamente bem, mas essas escolas ainda estão destinadas para poucos, e um conjunto grande de escolas públicas que não tem a mesma atenção por parte da sociedade como um todo e do poder público. (FARIAS, 2023).

Para Belluzzo e Moraes (2014), embora menos frequentes na literatura, há trabalhos sugerindo que o setor privado tem desempenho melhor também no Brasil. O primeiro parece ser Lockheed e Bruns (1990), que apresenta resultados indicando que o diferencial de notas entre os setores é positivo a favor do ensino privado, ainda que seja reduzido ao observar variáveis agregadas das escolas. Um exemplo mais recente é Albernaz *et al.* (2002), que também apresenta evidências de que há melhor qualidade educacional nas escolas privadas, mesmo após incluir todas as covariadas de alunos e escolas na análise.

No geral, Belluzzo e Moraes (2014), afirmam os estudos sobre o diferencial público-privado no Brasil concentram a atenção na média das notas. Apesar de a comparação entre médias ser fundamental para caracterizar o fato estilizado geral, esse foco pode encobrir diferenças interessantes ao longo da distribuição de notas. Por exemplo, é possível que o diferencial seja nulo, ou mesmo o inverso, nos extremos da distribuição de notas. Por esse

motivo, análises baseadas em regressões quantílicas podem ser interessantes, na medida em que possibilitam caracterizar de maneira mais completa a distribuição condicional de notas.

Diante desse discurso, Farias (2023), contesta a afirmação de Lockheed e Bruns (1990), que diz que a escola privada, por ter melhores notas, é superior em relação a escola pública. Para Farias (2018), algumas pessoas podem argumentar que a escola privada X aprova mais no vestibular que a escola pública Y, ambas localizadas no município de Santarém. É necessário fazer uma reflexão se realmente a escola particular X está aprovando através de seu ensino/aprendizagem, ou se o perfil do aluno da escola particular X é diferente da escola pública Y, levando em consideração a condição socioeconômica em que está inserido. Para ele, no caso de Santarém, não é a escola privada X que está aprovando mais que a escola pública Y, é toda a estrutura financeira da família do aluno que proporciona esse destaque.

Nesse caso, Farias aponta que:

Primeiro que quem estuda na escola particular X só estuda, não trabalha, você não pode falar a mesma coisa da pessoa que faz ensino médio na rede estadual aqui de Santarém, que tem um percentual considerável de alunos que trabalham e estudam. Então, quanto menos tempo se tem pra estudar, menor vai ser a aprendizagem, então tem mais a ver com uma questão de renda familiar, de capital cultural, etc. do que de fato o que a escola faz. Segundo ponto, essas famílias podem pagar professores particulares quando o aluno vem com alguma sequência de nota baixa em alguma disciplina, então é muito comum que se tenha o explicador, o professor particular, etc. Então, esse aluno ele tem tempo para estudar, ele tem auxílio externo, se ele mostra alguma dificuldade rapidamente vão levar no oftalmologista, no psicólogo. Se achar que ele tem algum problema cognitivo, alguma dificuldade de concentração, ele vai fazer tratamento com equipe multidisciplinar, então é muito mais esse atendimento externo do que em si o que a escola faz. (FARIAS, 2023).

Farias (2023), chama atenção para as diferenças de padrões encontradas nas escolas privadas. Para ele, existem diferenças exorbitantes nas escolas privadas de classe média baixa e média para as escolas privadas de classe média alta e classe alta. No caso das escolas privadas de classe baixa e média, que é o que existe em maior quantidade, ele coloca que não tem diferenças para a escola pública em questões de ensino/aprendizagem. “O que você vai ter de diferente é uma parede pintada, um banheiro com sabonete e papel higiênico, é o que você tem na escola particular de ‘melhor’ do que a pública, fora isso, em termos de educação, não tem diferença nenhuma”. (FARIAS, 2023)

Por tratar-se de um país com altas taxas de desigualdade social, a educação básica no Brasil apresenta muitas especificidades. Como vimos, Braun *et al.* (2006), reporta que as escolas públicas com o mesmo contexto socioeconômico de uma escola particular, apresentam diferenças insignificantes. Porém, no Brasil, há as chamadas escolas de elite. Nessas escolas de classe média alta e classe alta, segundo Farias (2023), é onde realmente se encontra uma real discrepância em relação as demais escolas, tanto pública quanto privada de classe média baixa e média. Essas escolas já estavam articuladas ao ensino interdisciplinar há muito tempo, além de estarem atreladas ao ensino integral, projetos e formação técnica. Tudo o que a BNCC propõe para a educação básica, essas escolas privadas já estão efetuando há anos. Para (FARIAS, 2023) “Muito antes de BNCC, muito antes de PCN, muito antes de muita coisa, essas escolas já faziam isso, muito antes dessas propostas de tornarem documento dentro do MEC”. As escolas privadas de classe baixa e média não faziam um trabalho interdisciplinar porque é mais trabalhoso para o professor e mais caro para a escola. Segundo Farias (2023), não existe a ideia de que a BNCC aumenta o fosso entre escola pública e privada, porque na maioria dos casos, a escola privada é ruim. Escolas boas são essas escolas privadas de classe média alta e classe alta, mas elas estão restritas a uma parcela muito pequena da população.

Nesse cenário, Farias ressalta que:

A escola privada no Brasil é ruim na maioria dos casos, tanto na classe baixa como na classe média. São raras as escolas que são boas, aí tu vai ter lá na classe média alta, que aí já é um percentual muito pequeno da população, que tá nesse lugar de classe média alta ou classe alta, que vai ter uma escola privada boa, que já estava pensando em [interdisciplinaridade]... BNCC é mole, eles já fazem isso há décadas, muito antes dessa documentação, antes de PCN eles já tinham essa preocupação, eles já estavam articulados com o que estava se fazendo na Europa, muito antes de existir isso no Brasil. Então, esse negócio de escola pública versus escola privada é uma grande mentira ou uma dificuldade enorme em fazer leitura do que é escola particular no Brasil. (FARIAS, 2023).

Como podemos observar, não há uma discrepância, em termos de aplicação da BNCC e em termos de ensino/aprendizagem, entre a escola pública e a escola privada, há uma discrepância entre a escola pública e escola privada de classe média baixa e média em relação a escola de classe média alta e classe alta. Para Farias (2023), existe um comportamento do professor que acaba contribuindo para a desigualdade. Muitos profissionais, devido aos baixos salários pagos tanto na escola pública como na escola privada de classe média baixa e média, acabam sendo obrigados a trabalhar nessas duas escolas para garantir um salário razoável no

final do mês. Entretanto, o profissional acaba fazendo uma reprodução de classe nessas escolas. Ele passa a dedicar muito mais tempo à escola privada, promovendo projetos e preparando aulas, enquanto na escola pública, o mesmo profissional acaba fazendo um trabalho de menor qualidade.

Nos meus anos de magistério no ensino básico muitos exemplos de professores que tem a postura completamente diferente quando ele dá aula no particular e na escola pública ao mesmo tempo, é o mesmo professor. Ele tende a produzir um material para a escola particular porque ele entende que aquele público está mais próximo dele, é como se ele estivesse se remetendo aos próprios pares ou à superiores. Normalmente, o filho do professor da escola particular X estuda na escola particular X, ele entende que aquele público é o público que são pares do filho dele, é da classe social dele lá da classe média baixa ou classe média média. Quando ele vai pra escola pública, esse mesmo professor que dá aula na escola particular X, eu tô dando o exemplo daqui de Santarém, mas isso vale para qualquer cidade Brasileira, eu poderia estar falando de qualquer outro exemplo de qualquer outra escola particular e pública no Brasil porque se repete isso. Então, ele já vai com má vontade, ele entende que aquele público da escola pública tá fadado a ser caixa de mercado, balconista, vai varrer chão, ele acha que aquela classe social merece menos, então ele faz um trabalho inferior. Você perguntaria como que se explica o mesmo profissional se esforçar em um lugar e fazer corpo mole no outro. É já a descrença, culturalmente concebida, que o filho da classe baixa não merece mais do que algo muito ruim ou pouco. A ideia de reprodução de classe social, de continuar reproduzindo empregadas domésticas, porteiros e balconistas na escola pública, e na classe média baixa ou classe média média vou produzir médicos, advogados, professores etc. Então, é muito comum esse posicionamento dos professores, então eu penso que é muito mais um problema de falta de consciência social do que de fato problema com os profissionais (FARIAS, 2023).

6 CONCLUSÃO

A problemática da BNCC em si é um tema bastante discutido desde o processo de sua elaboração, mas sua aplicação na educação básica, que iniciou em 2022, é bastante nova. Dessa forma, foi possível explorar os diferentes pontos de vista acerca da mesma temática. O trabalho contribuiu para mostrar a realidade da precariedade da educação básica, em termos de ensino e estrutura, tanto na escola pública como escola privada de classe média baixa e média.

Foi possível analisar que a maioria das escolas privadas de classe média baixa e média (que são em maior quantidade) não tem nenhuma diferença estrutural, os professores são os mesmos, a configuração do espaço é o mesmo, comparando com a escola pública da rede municipal ou estadual. Focando na aplicação da BNCC, a situação é a mesma, e a escola privada de classe média baixa e média pode ter desvantagem em relação a escola pública, devido ao fato de o ensino interdisciplinar ser mais caro e demandar mais trabalho para o professor se atualizar, pois a escola particular não paga o tempo livre para esse profissional se especializar. Existe também a falta de estímulo aos profissionais, devido aos baixos salários pagos aos professores dessas escolas privadas de classe média baixa e média, bem como da escola pública, muitas vezes, inclusive, abaixo do piso nacional. Conclui-se que não há grande disparidade entre escolas públicas e privadas devido a semelhança tanto na questão da configuração espacial, como no ensino/aprendizagem conteudista e sem espaços para experimentações, seja de cunho filosófico, ou de cunho laboratorial.

Onde se observou que há discrepância realmente é em comparação com as escolas privadas de classe média alta e classe alta. Além da grande estrutura, essas instituições de ensino estão interligadas com o ensino interdisciplinar, criação de projetos e aprendizado a partir de problemas há muitas décadas. Foi observado também que os institutos federais, no seu caráter de ensino técnico, já aplicam o que a BNCC vem propondo antes mesmo dela ser criada. Entretanto, esse ensino público federal é destinado principalmente a integrantes da classe média, realidade que vem mudando nos últimos anos com as cotas sociais.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, A.; FERREIRA, F.; FRANCO, C. **Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro. Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 32, n. 3, p. 453-476, 2002.
- BRAUN, H.; JENKINS, F.; GRIGG, W. **Comparing private schools and public schools using Hierarchical Linear Modeling**. U.S. Department of Education, National Center for Education Statistics, Institute of Education Sciences, Washington, D.C., 2006.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Brasília, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei das Diretrizes Nacionais. Brasília, 1996.
- Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1998.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRAUN, H.; JENKINS, F.; GRIGG, W. **Comparing private schools and public schools using Hierarchical Linear Modeling**. U.S. Department of Education, National Center for Education Statistics, Institute of Education Sciences, Washington, D.C., 2006.
- CARDOSO, Ruth C. I. **A aventura de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método**. In.: Cardoso, R. (Org.) A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.
- COLEMAN, J. S.; HOFFER, T.; KILGORE, S. **Public and private schools. Report to the National Center for Education Statistics**. National Opinion Research Center, Chicago, 1981.
- Delamont, Sara. **Arguments against auto-ethnography**. Qualitative Researcher, v. 4, p. 2-4, 2007.
- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. **A BNCC na contramão do PNE**. Recife: ANPAE, v. 2024, 2018.
- DOURADO, LUIZ FERNANDES; SIQUEIRA, ROMILSON MARTINS. **A ARTE DO DISFARCE: BNCC COMO GESTÃO E REGULAÇÃO DO CURRÍCULO**. Goiânia: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 35, 2019.
- DURHAM, Eunice R. **A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas**. In.: Cardoso, R. (Org.) A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.
- FAZENDA, Ivani (Org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas**. In: O que é interdisciplinaridade? Ivani Fazenda (org.). – São Paulo: Cortez, 2008.
- FAZENDA, Ivani. **O que é interdisciplinaridade?**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.
- FERNANDES, E. F. **NOVO ENSINO MÉDIO**. Brasília, 2023. (Webinário)
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

GARCIA, Joe. **O futuro das práticas de interdisciplinaridade na escola.** Curitiba: Rev. Diálogo Educ., v. 12, 2012

KLEIN, J. T. **The taxonomy of interdisciplinarity.** In: FRODEMAN, R.; KLEIN, J. T.; MITCHAM, C. (Ed.). Oxford handbook of interdisciplinarity. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 15-30.

LOCKHEED, M. E.; BRUNS, B. **School effects on achievement in secondary Mathematics and Portuguese in Brazil.** Washington, D.C.: WPS 525, World Bank, 1990.

MIRANDA, M.G. **Novo paradigma do conhecimento e políticas educacionais na América Latina. Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 100, p. 49-56, mar. 1997.

MORAES, A. G.; Belluzo, W. **O diferencial de desempenho escolar entre escolas públicas e privadas no Brasil.** São Paulo: Nova economia, 2014.

PYKOCZ, D. BENITES, L. **A construção discursiva da realidade na Base Nacional Comum Curricular.** Educação e Pesquisa: São Paulo, v. 49, 2023.

SANTOS, Emily. et al. **Novo Ensino Médio: ajustar ou revogar? Entenda em 7 pontos o debate que envolve alunos e MEC.** G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/02/16/novo-ensino-medio-ajustar-ou-revogar-entenda-em-7-pontos-o-debate-que-envolve-alunos-e-mec.ghtml>

SANTOS, Silvio. **O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios.** São Paulo: PLURAL, v.24.1, 2017

SILVA, Monica R. **A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso.** Belo Horizonte: Educação em revista, v. 34, 2018.

YARED, Ivone. **O que é interdisciplinaridade?.** In: O que é interdisciplinaridade? Ivani Fazenda (org.). – São Paulo: Cortez, 2008.

ZALUAR, Alba. **Teoria do trabalho de campo: alguns problemas.** In.: Cardoso, R. (Org.) A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



Discente: Pedro Henrique Pinto Alves

Orientadora: Alice Ferreira Rodrigues Dias

Roteiro Aberto de Entrevista

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: Professor com experiência no ensino superior e no ensino básico em escola pública e privada.

Observação: O nome do entrevistado permanecerá em sigilo.

Conhecimento: A aplicação da BNCC em escolas de diferentes padrões sociais
--

1. Você leu a BNCC? Qual sua opinião pessoal acerca do documento?
2. Como você acha que o novo ensino médio pode contribuir positivamente para a educação básica?
3. Baseado na sua experiência, qual as maiores diferenças da implementação entre a escola pública e a escola privada.

ANEXOS

ANEXO 1.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS
ACADÊMICOS

1. Identificação do autor

Nome completo: Pedro Henrique Pinto Alves

CPF: 554.496.702-49 RG: 8161910 Telefone: (93) 99236-8752

E-mail: pedrohenrique161999@gmail.com

Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto?

Sim Não

2. Identificação da obra

Monografia TCC Dissertação Tese Artigo científico Outros:

Programa/Curso de pós-graduação: Licenciatura em Geografiam

Data da conclusão: 28/06/2023.

Agência de fomento (quando houver):

Orientador: Alice Ferreira Rodrigues Dias

E-mail: dias.alicefr@gmail.com

Co-orientador:

Examinadores: Prof.^a Dra. Maria Julia Veiga da Silva e Prof. Dr. Carlos José Freire Machado

3. Informação de disponibilização do documento:

O documento está sujeito a patentes? Sim Não

Restrição para publicação: Total Parcial Sem restrição

Justificativa de restrição total*: _____

4. Termo de autorização

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à Ufopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade cível e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Santarém, 06/07/2023

Pedro Henrique Pinto Alves

Assinatura do autor

5. Tramitação no curso

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em ____/____/____. Responsável: _____
Siape/Carimbo

ANEXO 1.2

A entrevista foi realizada no dia 02/06/2023, mediante o uso de instrumentos como: gravador de voz, aparelho celular, caderno de anotações e caneta. Com os relatos dados na entrevista, foi possível desenvolver a pesquisa no tema. O entrevistado em questão tem bastante experiência no ensino básico, ao todo foram 16 anos. Essa experiência foi adquirida em diferentes regiões do Brasil, tanto atuado em escola de classe média baixa e média, escola de classe média alta e classe alta, além de escola pública de bairro periférico. Esse contexto abriu espaço para minha pesquisa adentrar em um dos assuntos mais debatidos do momento no país: a BNCC. O entrevistado se mostrou bastante otimista com essa nova normativa que atinge o ensino básico, principalmente com a questão do rompimento do ensino disciplinar. O entrevistado tem experiência na interdisciplinaridade aplicada a educação, defendendo que um maior número de alunos da educação básica possa ter acesso a esse modelo esse atributo que ganhou força nos anos 60, e vem sendo amplamente discutido nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio, promulgado no final da década de 90. O entrevistado se mostra aberto atendo as críticas que o novo ensino médio vem recebendo, mas ele argumenta que toda essa pluralidade encontrada no atual cenário da educação básica dá abertura para muitas narrativas, mas ele diz que o professor, enquanto formador de opinião, deve dar o máximo de si ao efetuar seu papel, tanto na escola pública quanto na escola privada de classe média baixa e média e escola privada de classe média alta e classe alta. No presente trabalho o entrevistado dá algumas dicas que para que a aplicação da BNCC possa ser incorporada, como a proposta da normativa para as ciências humanas, que são consideradas mais acessíveis de alcançar. Dessa forma, pode-se romper com a ultrapassada reprodução de classe que ainda persiste no ensino básico brasileiro.

ENTREVISTA

Pesquisador:

Você leu a BNCC? Qual sua opinião pessoal acerca do documento?

Professor Otávio:

Li o documento! Acho que ele é um documento muito bem estruturado, com uma preocupação clara em reduzir as desigualdades sociais, apesar de que ele tem ao mesmo a consciência de que sozinho ele não faz isso, que pra gente lutar contra a desigualdade social a gente tem que ter várias ações ao mesmo tempo, uma ação só “curricular” não vai resolver, obviamente. Eu vejo com bons olhos o documento. A preocupação com a interdisciplinaridade é clara, a preocupação em se partir de problemas, pelo menos em uma parte da carga horária do aluno na escola, não totalmente, mas ter esse momento guardado é garantido no documento... então, pra um profissional que valoriza a interdisciplinaridade é um documento muito louvável.

Pesquisador:

Como você acha que o novo ensino médio pode contribuir positivamente para a educação básica?

Professor Otávio:

Contribui fundamentalmente rompendo com a disciplinaridade. Contribui com essa proposta de se pensar, em parte da carga horária, por problemas e não por conteúdo. Então passa a se valorizar mais o problema e a busca autônoma por soluções do que o endoctrinamento da disciplina.

Pesquisador:

Baseado na sua experiência, qual as maiores diferenças da implementação entre a escola pública e a escola privada?

Professor Otávio:

Então, primeiro quando a gente coloca escola pública *versus* escola privada já existe um engano grande nessa oposição, porque a maior parte das escolas privadas que existem no Brasil é escola para pobre e não são boas escolas. As pessoas pagam para ter um serviço ruim e, justamente por falta de conhecimento, acham que estão dando o melhor conhecimento para seus filhos, então a maior parte das escolas privadas são ruins. E, no caso das escolas públicas, você também tem uma minoria de escolas públicas que acabam servindo a classe média, uma minoria mesmo são escolas fundamentalmente escolas federais, institutos federais... agora está mudando isso com as cotas né, mas ainda a gente tem um percentual considerável de membros da classe média, as cotas conseguiram alterar isso relativamente bem, mas essas escolas ainda estão destinadas para poucos, e um conjunto grande de escolas públicas que não tem a mesma atenção por parte da sociedade como um todo e do poder público, etc. Então, vamos pensar o seguinte, eu falei as escolas que o que a gente chama de escolas privadas, a gente não está falando de uma coisa só. A gente vai ter escolas privadas de classe alta ou classe média alta e escolas privadas de classe média média e classe média baixa. Então, se a gente for pensar em escolas de classe média baixa que é o que existe em maior quantidade, é a mesma coisa que as escolas públicas para classe média baixa e para classe baixa, não tem diferença, eu digo isso em termos de

ensino/aprendizagem. O que você vai ter de diferente é uma parede pintada, uma recepção mais educada da família e um banheiro com sabonete e papel higiênico, é o que você tem na escola particular de “melhor” do que a pública, fora isso, em termos de educação, isso não tem diferença nenhuma. O que vai ter diferença de fato é na tal escola privada de classe alta ou classe média alta, nessa escola você já via a preocupação com a interdisciplinaridade, trabalhar por projetos, trabalhar a partir de problemas a muitas décadas. Muito antes de BNCC, muito menos de PCN, muito antes de muita coisa, então essas escolas já faziam isso muito antes dessas propostas de tornarem documento dentro do MEC. As escolas de classe média, média e classe média baixa não faziam porque um trabalho interdisciplinar acaba sendo mais caro, mais custoso, dá mais trabalho pro profissional. Como a escola privada de classe média baixa ou mesmo de classe baixa ela paga muito mal o professor, em muitas regiões do Brasil ela paga até mesmo abaixo do piso, o que é contra lei, ela não tem, na verdade, condições de ter bons profissionais ou profissionais com tempo para investir no ensino interdisciplinar. Ele é mal pago e ele vai fazer o trabalho que de alguma maneira é condizente com a precariedade do trabalho dele em vários aspectos. Então ele vai ter que trabalhar em várias escolas para ter um salário razoável no final do mês, em várias escolas particulares ao mesmo tempo com uma carga horária exaustiva, então quem tem tempo para estudar ou preparar projetos nesse contexto? Não existe. Então quando se fala “ah, vai aumentar o fosso entre a escola pública e a escola privada” não, a escola privada é ruim, volto a dizer, ela vai ter uma parede pintada, um sabonete no banheiro, uma tábua no vaso e um papel higiênico. É isso que diferencia ela da escola pública, mas a escola privada no Brasil é ruim na maioria dos casos, tanto na classe baixa como na classe média. São raros as escolas, aí tu vai ter lá na classe média alta que aí já é um percentual muito pequeno da população que tá nesse lugar de classe média alta ou classe alta, que vai ter uma escola privada boa, que já estava pensando em... BNCC é mole, eles já fazem isso a décadas, muito antes dessa documentação, antes de PCN eles já tinham essa preocupação, eles já estavam articulados com o que estava se fazendo na Europa, muito antes de existir isso no Brasil. Então, esse negócio de escola pública versus escola privada é uma grande mentira ou uma dificuldade enorme em fazer leitura do que é escola particular no Brasil. Em termos de educação, a escola particular no Brasil é tão ruim quanto a pública. Então você pode dizer “Ah, mas a escola particular A aprova mais no vestibular que a escola pública B”, mas aí as pessoas não entendem que tem outras questões em jogo, não é necessariamente a escola particular A que tá aprovando, o que tá aprovando é toda a estrutura financeira que tem a família. Primeiro que quem estuda na escola particular A só estuda, não trabalha, você não pode falar a mesma coisa da pessoa que faz ensino médio na rede estadual aqui de Santarém que tem um percentual considerável de alunos que trabalham e estudam. Então, quando menos tempo se tem pra estudar, menor vai ser a aprendizagem, então tem mais a ver com uma questão de renda familiar, de capital cultural, etc.

do que de fato a escola faz. Segundo ponto, essas famílias podem pagar professores particulares quando o aluno vem com alguma sequência de nota baixa em alguma disciplina, então é muito comum que se tem o explicador, o professor particular, etc. Estão, esse aluno ele tem tempo para estudar, ele tem auxílio externo, se ele mostra alguma dificuldade rapidamente vão levar no oftalmologista, no psicólogo. Se achar que ele tem algum problema cognitivo, alguma dificuldade de concentração, ele vai fazer tratamento com equipe multidisciplinar, então é muito mais esse atendimento externo do que em si o que a escola faz. Agora claro, existe uma questão de classe social também, o professor que tá dando aula na escola pública tem a mesma competência e as vezes até mais, porque ele passou no concurso público né, do que um professor de uma escola como a escola particular A, ou um professor de classe média baixa e classe média média. Mas existe também uma postura que é culturalmente explicada pela maneira como a gente aceita a desigualdade social, então eu tenho nos meus anos de magistério no ensino básico muitos exemplos de professores que tem a postura completamente diferente quando ele dá aula no particular e na pública ao mesmo tempo, é o mesmo professor. Ele tende a produzir um material para a escola particular porque ele entende que aquele público está mais próximo dele, é como ele estivesse se remetendo aos próprios pares. Normalmente, o filho do professor da escola particular A estuda na escola particular A, ele entende que aquele público é o público que são pares do filho dele, é da classe social dele lá da classe média baixa ou classe média média. Quando ele vai pra escola pública, esse mesmo professor que dá aula na escola particular A ou escola particular B, eu tô dando o exemplo daqui de Santarém, mas isso vale para qualquer cidade Brasileira, eu poderia estar falando de qualquer outro exemplo de qualquer outra escola particular e pública no Brasil porque se repete isso. Então, ele já vai com má vontade, ele entende que aquele público da escola pública tá fadado a ser caixa de mercado, balconista, vai varrer chão, embati ele acha que aquela classe social merece menos, então ele faz um trabalho inferior. Você perguntaria como que se explica o mesmo profissional se esforçar em um lugar e fazer corpo mole no outro, é já a descrença, culturalmente concebida, que o filho da classe baixa não merece mais do que algo muito ruim ou pouco. A ideia de reprodução de classe social, eu vou continuar reproduzindo empregadas domésticas, porteiros e balconistas na escola pública, e na classe média baixa ou classe média média ou vou produzir médicos, advogados, professores, etc. Então, é muito comum esse posicionamento dos professores, então eu penso que é muito mais um problema de falta de consciência social do que de fato problema com os profissionais. Então, se a gente pensar em ciências humanas, na proposta da BNCC para as ciências humanas se precisa de muito pouco recurso, o que se precisa é em termos de internet, de computadores, eu estou falando de ensino médio, de pessoas que circulam mais livremente pela cidade, não estou falando de sexto ano, de uma criança de a mãe leva e busca na escola, o novo ensino médio é ensino médio, BNCC para o ensino médio, porque a BNCC não trata só do ensino

médio. É... a gente tem universidades aqui em Santarém, a gente tem a UEPA, a gente tem a UFOPA e a gente tem às instituições privadas de ensino. As bibliotecas elas são públicas, ou seja, todos mundo da comunidade pode ter acesso, então se a escola não tem uma biblioteca boa ou não tem bons computadores, nada impede um profissional de fazer um projeto e o seu grupo de alunos se distribuam nessas universidades públicas e privadas e façam usos desses recursos que já estão construídos. Fazer uso das bibliotecas no plural, da UFOPA da UEPA e das universidades privadas de ensino maiores ou menores, tanto na privada como na universidade pública, a biblioteca é pública. É um serviço para a comunidade, não só para seus alunos, é óbvio que na maioria dos casos ele não pode levar o livro pra casa, mas ele estudar dentro da biblioteca, ele pode usar os computadores dentro da biblioteca. Então, a busca por conteúdos para se resolver um determinado problema, em termos de humanas, não tem essa história que a escola não está preparada. Se a gente for pensar, a maioria dos alunos mesmo no interior do Brasil, uma cidade do interior como Santarém tem celular. A quantidade de material de biblioteca públicas on-line com material acervo digital é enorme e ninguém fala disso, simplesmente diz que a escola não tem estrutura. Mas quem disse só pode usar o que tem dentro da escola? Quem disse que a gente não pode usar o que está fora da escola? Quem disse não pode usar livros e livros sem fim que estão digitalizados e disponíveis gratuitamente? Então o que eu vejo é muito mais desculpa para não se fazer o trabalho botar a culpa na estrutura, botar a culpa em algo que é externo e não em mim, a mim como profissional. Então assim, para não se dizer eu não estou afim de estudar, eu não estou afim de montar projetos, eu não estou afim de ouvir os meus alunos, eu não quero saber qual os problemas dos meus alunos, para não se dizer isso porque não quer se passar mal, passar mal aos olhos dos outros, se diz “ah a escola não está preparada, a estrutura da escola é arcaica, ah não tem biblioteca, não tem computador, não tem isso, não tem aquilo é tudo não tem, não tem, não tem”. Mas com um pouco de interesse a gente percebe que tem, o material on-line digital é absurdamente grande no Brasil e países de língua portuguesa. A gente pode acessar bibliotecas online com material digital gratuito, em Portugal, várias universidades, língua portuguesa, no Brasil inteiro. Então a gente tá falando de universidades federais, estaduais que já tem essa preocupação, então eu vejo mais como uma desculpa do que de fato um grande problema para se pôr em prática.

